

“Agora está se fazendo justiça”

CAIO BARBIERI

Uma semana depois da decisão do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que bateu o martelo pelo aumento linear aos policiais civis, e não o escalonado - como foi reivindicado pelo Sindicato de Policiais Civis do DF (Sinpol) -, o delegado Mauro Cezar Lima, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF (Sindepo), fala com exclusividade a **Tribuna do Brasil** sobre o resultado das negociações entre policiais, governo do Distrito Federal e governo Federal. O delegado afirmou que a demora para a edição da MP foi devido a um equívoco no documento encaminhado pelo GDF e descarta a possibilidade de greve. Sobre a divisão de opiniões dentro da corporação, o delegado é taxativo: “Alguns colegas estão conseguindo maquiagem parte dos integrantes da Polícia Civil”.

Tribuna do Brasil: Como o Sindicato encarou a decisão do ministro Paulo Bernardo?

Mauro Cezar Lima: Quando o GDF encaminhou a mensagem para o Governo Federal, ele equivocou-se por colocar, além do aumento, outros pedidos no documento, como mudança de nomenclatura de “papiloscopista” e a sugestão de aumento do quadro de policiais. Não sou contra nada disso. Mas constatamos que esses itens atrapalharam a publicação. Eles não retratavam o caráter de urgência da Medida Provisória. E por isso, há dois meses, venho alertando o GDF de que reajuste é reajuste. Os outros assuntos poderiam ser mandados futuramente como projeto de lei. Também alertei o governador sobre o reajuste linear - embora eu não fosse contra -, por ser prejudicial à paridade histórica entre Polícia Civil e Polícia Federal. Disse ao Arruda que ele seria conhecido como governador que quebrou o elo entre Polícia Civil e Polícia Federal. Vi algumas autoridades irem à imprensa para falar que “dia tal sai a MP” e até agora nada. Parece que há uma cortina de fumaça nisso tudo. Agora que o GDF encaminhou a mensagem correta para o ministro Paulo Bernardo vamos nos empenhar para que o Governo Federal edite a MP conforme o nosso pleito. Afinal, estamos a quase três meses do fim do ano e ainda



JOEL RODRIGUES / APO

não recebemos o reajuste, enquanto a Polícia Federal já ganhou. E isso gera um grande incômodo para todos os policiais civis. Tanto para os delegados quanto para os agentes.

Se é tão vantajoso o aumento escalonado, por que foi vendido para a imprensa como se fosse uma derrota da categoria?

Há um grande equívoco. Não há que se falar em aumento linear ou aumento diferenciado. A grande verdade, e que muitos escondem, é que isso é uma recomposição salarial nos mesmos moldes do que foi negociado com a Polícia Federal, há um ano. E mais: agora está se fazendo justiça, corrigindo várias distorções. No ano passado, conseguimos restabelecer um pouco dessa diferença. Isso realmente foi uma coisa criada e vendida para a imprensa. Lamentavelmente, grande parte da instituição e seus integrantes embarcaram nesse grande equívoco, que foi fomentado pelo outro sindicato.

A impressão que dá é que houve um racha dentro da polícia, entre o Sindepo e Sinpol. É isso mesmo?

Não acredito em “racha”. Se houve algo, foi uma falta de esclarecimento sobre a MP. Já tínhamos sido orientados pela área técnica do Governo Federal de que tínhamos problemas com os temas que fugiam do reajuste. Não sei a que cargas d’água o Sinpol tomou como se a culpa disso fosse minha. Queria eu ter esse poder de influenciar. O que ele [sin-

dicato] quer é eleger um bom expiatório para o caso. Cheguei a ouvir absurdos de colegas, como a de querer “distritalizar” a Polícia Civil. Será que eles não estão percebendo que esse reajuste de 14%, é maior que o reajuste do Fundo Constitucional, que foi de apenas 8%? Precisamos acabar com esse negócio da “lei do gesto”, da “lei da vantagem”. Acredito que o que está acontecendo é que alguns colegas estão conseguindo maquiagem parte dos integrantes da Polícia Civil.

Mesmo assim o Sindepo é a favor da greve?

Eu sempre defendi a greve. No ano passado, pela primeira vez, os delegados pararam por causa da demora do governo federal em publicar uma outra Medida Provisória. Nós precisamos estar mobilizados, principalmente porque a luta não terminou. Se por ventura o governo federal começar a protelar, novamente, e se gente perceber que há uma inércia, que há um descaso, nós vamos nos mobilizar, sim. Eu defendo a negociação, a discussão diplomática e democrática do tema. Não vamos desistir enquanto os interesses dos sindicalizados, ou seja, a política salarial, não esteja definitivamente implementada. Já estou com a minha categoria mobilizada. Se a gente perceber que o nosso objetivo pode ser ameaçado, vamos marcar uma outra assembleia, mas sem que jamais o prejuízo chegue à sociedade. Greve só em último caso.

A população também fica

apreensiva com essa situação da Polícia, que pode comprometer a segurança pública...

A Polícia Civil precisa conhecer as suas responsabilidades. Eu sou delegado de polícia e estou sindicalista. Nós temos visto a violência explodindo no Entorno, onde a Polícia Civil está empenhada em elucidar esse grave crime que foi cometido ao repórter do Correio Braziliense. Acredito que a população não deve ficar assustada, não. Até porque temos a melhor polícia do país. E, claro: como sindicalista, jamais serei irresponsável. Estarei, sim, mobilizado. Prova disso é o que tem feito a Polícia Civil para prender traficantes, criminosos e várias operações de repercussão internacional. E é esse o nosso compromisso: desvendar os crimes, doa a quem doer. E nesse primeiro momento, apesar de estarmos mobilizados, jamais vamos ameaçar levar o prejuízo para a sociedade como um todo.

O deputado Alírio declarou que a categoria poderia ganhar mais que a Polícia Federal...

Eu respeito a opinião dele. Só que é muito fácil vendermos um discurso equivocado, a ponto de levar a categoria à greve e não ganhar nada com isso. Mas não vou correr o risco de levar a minha categoria à greve e não ter o reajuste reivindicado. Acho até que a Polícia Federal ganha pouco. Mas vamos reunir a bancada de representantes da polícia para buscarmos avanços. O governador Arruda mesmo disse que vai honrar o compromisso de promover mil policiais. Eles vão ganhar cinco anos na vida policial. Isso significa não só ganhos financeiros, mas principalmente ganhos na carreira. Sugeri ao governador um plano de saúde subsidiado pelo GDF, como acontece no Ministério Público e em todo Poder Judiciário. Isso é uma forma de salário indireto. Respeito a opinião do deputado Alírio, mas eu sou a favor da prática. Quero dizer o seguinte: só estão faltando três meses para acabar o ano e esses nove meses estão no “discurso fácil”. Os colegas estão fazendo compromissos, vão para a imprensa e falam o que querem. Mas eu tenho responsabilidade do que eu falo para a minha categoria e para a Polícia Civil como um todo.

E como está a relação entre a Polícia Civil e a Federal agora?

Quero aproveitar para enaltecer o brilhante trabalho dos seus integrantes. E dizer que há dois anos buscamos a aproximação entre as duas polícias. Agora, mais do que nunca, estamos unidos. Buscamos uma autonomia, uma independência. Estamos constantemente discutindo problemas da segurança pública, condições de trabalho, condições salariais para nossos integrantes. Acredito que nunca na história as duas corporações estiveram tão unidas.

Qual é o próximo passo?

O principal é lutar pela publicação da MP no Diário Oficial da União. Vamos contemplar a Polícia Civil mantendo a paridade com a Polícia Federal. Vamos lutar ainda pela promoção, que já é um compromisso assumido pelo GDF, e também pelo pagamento imediato dos passivos atrasados. Na próxima sexta-feira, teremos uma audiência pública na Câmara Legislativa para tratar do pagamento dos precatórios. Os policiais ganharam na Justiça, mas não tiveram os pagamentos efetuados. O nosso objetivo é pedir uma compensação para o governo. Hoje, a pessoa jurídica pode fazer suas compensações tributárias e pagar com precatórios. E queremos que isso se estenda à pessoa física. Vamos lutar para que também possamos pagar imóveis, condomínios, lotes - que serão regularizados - através desses precatórios. Nós vamos fazer a fila andar. Da forma que o governo libera os recursos, daqui a cem anos não vão estar pagos. Vamos pedir para que o GDF faça essas mudanças para que isso deixe de ser um pesadelo na vida dos servidores públicos. E é um grande desafio nosso viabilizar esses pagamentos.

E o governo Arruda? Está aberto às negociações?

Ele tem as prioridades dele. Tenho grande respeito ao dinamismo do governo Arruda, principalmente pela forma democrática como ele se dirigiu ao ministro Paulo Bernardo. Mas acho que a Segurança precisa ser prioridade de qualquer governo. E ele já percebeu isso.